



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

CONTRATO

N.º 8/2020

“Aquisição de Serviços para Fornecimento de Peças e Assistência Técnica a Viaturas Municipais, na Modalidade de Serviço Contínuo”

Aos 8 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços. -----

Entre: -----

Município de Sines, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, neste ato representado pelo Exmo. Sr. **Fernando Miguel Ramos**, na qualidade de vice-presidente da Câmara Municipal de Sines no exercício de funções, com competência delegada, por despacho do Exmo. Sr. Presidente datado de 1.11.2018, no âmbito das suas competências, conferidas na alínea f), do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **primeiro outorgante**. -----

e, -----

Auto-Sueco Portugal – Veículos Pesados, SA com o número de identificação fiscal 505051931 com sede no Porto, em Edifício próprio, sito na Rua Conde da Covilhã, 1637, neste ato representado pelo senhor **Ricardo Alberto Abreu de Araújo**, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados por procuração, como **segundo outorgante**. -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 20/12/2019, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

PRIMEIRA

Objeto

A presente aquisição de serviços tem por objeto **“aquisição de serviços para fornecimento de peças e assistência técnica a viaturas municipais, na modalidade de serviço contínuo”** nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base ao ajuste direto, Processo n.º 2019/300.10.005/1375 bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato. -----

SEGUNDA

Preço Contratual

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de **10.000,00 (dez mil euros)**. A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de 2.300,00 (dois mil e trezentos euros), o que perfaz o **valor global de 12.300,00 (doze mil e trezentos euros)**. -----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

TERCEIRA

Prazo de Execução do Contrato

O prazo de execução é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

QUARTA

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução. -----

QUINTA

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

SEXTA

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Paulo Sobral, na qualidade de Encarregado Operacional do serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas; -----

Telefone Móvel: 9192243317; -----

Telefone Fixo: 269630235; -----

Email: psobral@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----

SÉTIMA

Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

a) Caderno de Encargos; -----

b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

OITAVA

Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com as classificações orçamentais 02/020112 e 02/020203, cabimentos n.ºs 4267 e 4268 e compromissos n.ºs 19677 e 19676. -----

NONA

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

DÉCIMA

Disposições Finais

No aqui omisso aplicar-se-ão as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 02/01/2020 e válida por quatro meses. -----

- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Porto-4, a 16/12/2019, com validade de três meses. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 8 de janeiro de 2020.

O Primeiro Outorgante

Fernando Miguel Ramos

O Segundo Outorgante

Ricardo Alberto Abreu de Araújo